

# CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA: APONTAMENTOS SOBRE POLÍTICAS CURRICULARES

## CURRICULUM OF PEDAGOGY: NOTEPAPER ABOUT POLICY CURRICULAR



Vol. 12 Número 22 Jul./Dez. 2016

p. 395 - 406

**Alessandra Silva Reis Costa**<sup>1</sup>

**Ester Maria Figueiredo Souza**<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo discute políticas curriculares, no âmbito do Ensino Superior, com o currículo vigente e proposto para o curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Apresenta os referenciais teóricos para a análise de políticas educacionais e curriculares, destacando a contribuição do ciclo contínuo de políticas de Stephen Ball e Richard Bowe, por Mainardes (2006). Dentre os autores que subsidiaram esta produção, destaca-se Gomes (2011), Lopes (2004), Pacheco (2003), Sacristán (2000). A concepção das políticas educacionais e curriculares adotada neste texto traduz uma vertente de análise contextual. Após abordagem das concepções teóricas norteadoras e descrição do currículo do curso de Pedagogia, são problematizados alguns desdobramentos para a formação de professores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas curriculares. Curso de Pedagogia. Formação de professores.

**ABSTRACT:** This paper discusses to show the intertwining of policy curriculum in higher education, with the current curriculum and proposed for the Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Exposed the theoretical framework for the analysis of educational policies and curricula, highlighting the contribution of the continuous cycle of policies Stephen Ball and Richard Bowe, by Mainardes (2006). Among other authors who supported the production highlight Gomes (2011); Lopes (2004); Pacheco (2003); Sacristán (2000). The design of educational policies and curricula adopted in the text reflects an aspect of contextual analysis. After addressing the guiding theoretical concepts and description of the curriculum of pedagogy, the subject of this text discusses some consequences for the teacher training.

**KEYWORDS:** Curriculum policies. Pedagogy course. Teacher training.

<sup>1</sup> Mestranda em Educação - PPGED/UESB. Professora da Universidade do estado da Bahia - UNEB. [alessandra.sreis@bol.com.br](mailto:alessandra.sreis@bol.com.br)

<sup>2</sup> Doutora em educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/UESB. [efigueiredo@uesb.edu.br](mailto:efigueiredo@uesb.edu.br)

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As interfaces epistemológicas e também políticas que se depreendem das políticas públicas educacionais com as políticas curriculares são problematizadas no campo das pesquisas em educação por meio da abordagem de questões relativas ao financiamento educacional, da extração das relações conceituais e sobre formação de professores, as responsabilidades pactuadas entre os entes federativos e o Estado, as orientações e leis demandadas pelos organismos da sociedade civil, dentre outros aspectos que se gestam no exercício da pesquisa. Cientes dessas possibilidades de investigação, nosso intuito neste trabalho é o de enfatizar a natureza as políticas curriculares e sua exigência de vincular-se, quer explícita como implicitamente, a diretrizes gerais orientadoras de políticas educacionais.

Para tanto, delimitamos como extrato de análise o modelo curricular proposto para os cursos de Pedagogia da UNEB, por esse modelo constituir-se em uma diretriz unificadora para os campi da instituição, sendo uma proposta institucional aprovada pelos conselhos da instituição e pelo Conselho Estadual de Educação, quando do protocolo de processo de reconhecimento dos cursos de graduação. Assim, por se constituir e assumir como um programa de larga escala, corroboramos com a compreensão de que para os cursos de Pedagogia essa proposta assume feições de política curricular articulada com as exigências da formação de professores expressas na resolução CNE 001/2002, resolução definidora da política educacional para os cursos de formação de professores da Educação Básica. Além dessa resolução que engloba todos os cursos de licenciatura, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Pedagogia atentam para as especificidades a serem observadas na formação do pedagogo, indicando a sua vinculação com projeto pedagógico e o currículo do curso de Pedagogia da UNEB.

Sabemos que as políticas curriculares se (re) modelam por meio de injunções e demandas da sociedade civil quanto à profissionalização e também se apresentam como restritivas ao plano global das políticas educacionais ou proativas, enquanto desveladora e reveladora das ideologias inerentes ao currículo e à cultura escolar. Assim, nosso movimento investigativo se constitui como exploratório das implicações entre o proposto pelo currículo vigente no curso de Pedagogia apontando entrelaçamentos do curso com algumas determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e das Diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia. Para tanto, abordaremos discursivamente a extração de elementos que possam corroborar para revelar a persistência ou negação da fragmentação dos componentes curriculares nas interfaces das relações de poder e saber que emanam do campo das políticas curriculares e das políticas públicas educacionais.

## CONTEXTO TEÓRICO DISCURSIVO: APONTAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

O tratamento da temática de políticas públicas implica o reconhecimento da complexidade que a compõe. As políticas públicas não são construções abstratas, elas são produzidas numa correlação de forças, constituídas a partir do confronto de idéias, de reivindicações. Segundo Gomes (2011), as políticas públicas não constituem um fenômeno monocausal, elas abarcam determinantes históricos, sociais, políticos e econômicos e o seu estudo desafia o pesquisador da área, a investigá-las para além da análise descritiva, buscando compreendê-las a partir de seus múltiplos determinantes e dos efeitos de poder que são produzidos na sociedade.

Nessa compreensão, se insere o intento do nosso estudo em indicar o

entrelaçamento entre políticas educacionais, no âmbito do Ensino Superior, com o currículo vigente e proposto para os cursos de Pedagogia da Universidade Estadual da Bahia. Esse entrelaçamento requer que nos situemos sobre a concepção adotada acerca de políticas públicas educacionais e políticas curriculares. Para tanto nos referenciamos em Pacheco (2003) quando tematiza as políticas curriculares como uma representação da racionalização do processo de desenvolvimento do currículo numa composição entre a regulação do conhecimento e o papel desempenhado pelos atores do processo educativo dentro de uma da instituição na construção do projeto formativo.

Destacamos a contribuição de Mainardes (2006), na sua concepção de políticas educacionais como uma ação de estado que impacta tanto nos planos da micropolítica de organização da escola, como nos desdobramentos da conjuntura das práticas curriculares e das ações públicas, dos documentos oficiais que regulam a sua aplicação em uma instituição.

Nessa compreensão, a produção de políticas educacionais e curriculares não deve ser entendida num processo verticalizado, em que a sua organização e definição ocorrem, exclusivamente, por meio de encaminhamentos externos, oficiais. Ao contrário dessa visão, a produção dessas políticas deve ocorrer num ambiente discursivo, considerando as suas múltiplas influências no processo de criação, implementação e produção de efeitos. Considerando também a produção de conhecimentos gerados na discursividade entre os atores de uma instituição. Nesse sentido, pode-se afirmar que

Toda política curricular é, assim, uma política de constituição do conhecimento escolar: um conhecimento construído simultaneamente para a escola (em ações externas à escola) e pela escola (em suas práticas institucionais cotidianas). Ao mesmo tempo, toda política curricular é uma política cultural, pois o currículo é fruto de uma seleção da cultura e é um campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre sujeitos, concepções de conhecimento, formas de entender e construir o mundo. (LOPES, 2004, p. 111).

Nessa perspectiva, a política curricular constitui-se num eficaz instrumento com efeito de selecionar, organizar e modificar o currículo. Destacamos que as políticas curriculares representem a legitimação do poder no formato de prescrição dos conhecimentos a serem distribuídos socialmente, dos tipos de seres humanos e profissionais a serem formados.

Em tempo, cabe frisar que toda política curricular interfere na distribuição do conhecimento e as práticas educativas são por elas influenciadas. Mesmo tendo um caráter prescritivo e centrando sua manifestação mais concreta no currículo oficial, sua efetivação no ambiente escolar não ocorre numa relação de mão única. Essa interação necessita ser considerada nos processos de apreciação e avaliação dessas políticas para análise dos seus resultados e reestruturação.

Sobre o processo de análise de políticas educacionais, Mainardes (2006) apresenta a abordagem do ciclo contínuo de políticas, formulada por Stephen Ball e Richard Bowe, como uma útil contribuição nesse processo. Essa abordagem contempla a natureza complexa da política educacional e enfatiza a necessidade de abordar os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas em nível local. O autor argumenta que,

A abordagem do ciclo contínuo de políticas constitui-se num referencial analítico para a análise de programas e políticas educacionais e que essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos. (MAINARDES, 2006, p. 48).

A abordagem do ciclo contínuo de políticas apresenta três contextos principais

para análise de políticas educacionais: o contexto de influência, o contexto de produção de texto e o contexto da prática. Esses contextos estão inter-relacionados, ao passo que estamos analisando o currículo como não linear e não sequencial, mas como documento oficial que regula a formação docente em uma instituição. Assim, a abordagem do ciclo contínuo de política oferece um interessante suporte teórico para o nosso estudo.

O contexto de produção tem uma intrínseca relação com o contexto de influência, porém não evidente ou simples de identificar, ao passo que no contexto de influência e no contexto da prática estão em jogo os microprocessos políticos, os arranjos e situações de interesse entre os grupos. Ao analisar um documento, no caso desse estudo, o texto curricular do curso de Pedagogia da UNEB, esteve em foco não somente o texto escrito como também, a vivência como professora formadora que possibilita observações quanto à materialização do currículo.

No contexto de influência, tem-se o início da produção das políticas educacionais, esse contexto abriga os conflitos e disputas de interesses e influências dos grupos na definição das finalidades sociais das políticas educacional, culminando na produção dos textos políticos, com a intervenção dos grupos que atuam nos diferentes lugares do contexto da produção de texto, visando exercer controle nas representações dessas políticas.

Assim, as políticas educacionais são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades. As respostas a esses textos são vivenciadas no contexto da prática. Mainardes (2006, p. 53) expõe que é no contexto da prática “onde a política está sujeita a interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original”.

Utilizar a abordagem do ciclo contínuo de políticas para pensar a análise das políticas educacionais curriculares e, adotando a contribuição dos contextos do ciclo contínuo de políticas implica considerar os professores e demais profissionais envolvidos exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretção das políticas, interferindo com o seu modo de pensar, agir, com suas crenças, na definição e redefinição política. Consideremos também que uma política curricular implica certas condições para sua implementação, desde recursos humanos disponíveis às instituições escolares a interesses pessoais e profissionais dos docentes.

Nesse sentido, as mudanças curriculares estão inseridas num contexto de influências e, muitas vezes, não condizentes com interesses sociais mais amplos. De acordo com Sacristán (2000), o currículo reflete os conflitos de interesses dentro de uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos. Todavia, cabe a reflexão sobre a interferência do contexto da prática na materialização do currículo, dado que o contexto da produção de texto que, muitas vezes, prescrevem um currículo distante das condições de efetivação, quer seja pelas condições materiais, quer seja pelos conflitos de ideais colocados no texto curricular.

A partir dessa discussão, torna-se relevante observar que numa análise de políticas educacionais e curriculares que tem como contribuição o ciclo contínuo de políticas, devem ser consideradas as interfaces das políticas analisadas, bem como suas implicações, seus efeitos.

São diversos os condicionantes que interferem no contexto da prática e produzem efeitos na efetivação das práticas curriculares. Sobre essa proposição, Lopes (2004) ressalta sobre o papel das instituições, de questões administrativas, entre outros aspectos que interferem na prática,

As instituições e seus grupos disciplinares têm diferentes histórias, concepções pedagógicas e formas de organização, que produzem diferentes experiências e habilidades em responder, favoravelmente ou não, às mudanças curriculares,

reinterpretando-as. (LOPES, 2004, p. 113)

Nessa discussão, Pacheco (2003) enfatiza que as estruturas de poder interferem no papel das escolas, dos professores e dos alunos, na configuração prática do currículo e ressalta a complexidade da prática face aos textos curriculares que, muitas vezes, não traduzem essa complexidade, atestando a influência do caráter discursivo das práticas nas decisões curriculares, expondo que

A política curricular não se traduz, assim, numa decisão central substanciada a partir de parâmetros e critérios de âmbito nacional e de formas concretas de regulação da construção cotidiana do currículo. Pelo contrário, a política curricular decide-se e aplica-se numa perspectiva interpretativa e menos determinista. (PACHECO, 2003, p.77)

Todavia, é importante destacar que no contexto da prática, os efeitos de determinações curriculares refletem tanto a realidade teórica se reconhecido o protagonismo dos professores, quanto na realidade prática que é passível de controle e limites quanto à elaboração e implementação dos projetos curriculares na escola.

Assim o currículo tem que ser entendido como um elemento da cultura escolar e não a cultura em si. Portanto a esse se incorporam determinações dos micropoderes da escola, das interações entre sujeitos sociais na escola e as determinações do discurso oficial dos organismos educacionais que se materializam nos documentos e diretrizes de organização curricular e na proposta pedagógica do curso. É relevante indicar que os contextos das práticas, tendem a romper com discursos a priori e quebrar expectativas da formação docente que se atrela à visão instrumental da práxis educacional, sendo esse contexto menos propício ao controle institucional no campo dos acontecimentos e apropriações discursivas do currículo escolar. Um estudo de Souza (2008) apresenta a categoria de discursos de práticas pedagógicas para se depreender as concepções de currículo materializadas na cultura escolar e nos projetos de cursos argumentando que,

É por meio dessa perspectiva material de compreensão de produção e recepção de discurso que se alicerça a subjetividade inerente às práticas pedagógicas. O 'eu professor' assume variadas posições e se desdobra em diversos papéis sociais nos processos interacionais com os alunos. Extraem-se, nesse movimento interlocutivo e assimétrico, as aceções dos discursos das práticas pedagógicas, que possibilitam expor concepções de currículo por parte dos professores [...]. (SOUZA, 2008, p. 146)

Temos que reconhecer que não são todos os professores e estudantes que conhecem o currículo de seu curso, e aqueles que o conhecem, muitas vezes, de modo consciente não o aplica, desenvolve sequencialmente como ordenado. Reconhecemos isso como um fato, um real do movimento de formação docente e uma complexidade que ao se investigar sobre currículo temos que considerar.

Portanto, o contexto do texto pode ajudar a revelar os múltiplos currículos que se organizam por meio das interações entre as práticas a priori formuladas e formalmente propostas e indicadas e as práticas vivenciais do currículo tecido na escola. Os currículos reais não são recortes das propostas oficiais. Contudo, problematizar a relação entre as políticas curriculares e o currículo escolar é mais do que um tema educacional, é um campo de conhecimento que requer mais estudos e conclusões.

## **O CONTEXTO DO TEXTO: Plicações de seus princípios com as orientações das diretrizes para a formação de professores**

As reformulações dos projetos curriculares das licenciaturas acompanham a

trajetória histórica dos cursos de formação de professores e as determinações das políticas curriculares em nível nacional. O surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, impulsionou as discussões acerca das propostas de reformulações das licenciaturas em geral, em nossa discussão a ênfase está no curso de Pedagogia.

O projeto do curso de Pedagogia, descrito nesta seção, está referendado legalmente nas proposições da Resolução do CNE/CP nº 1 de 18, de fevereiro de 2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Além dessa resolução, a proposta curricular passou por redimensionamentos para atender ao Parecer CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia.

As orientações das políticas nacionais respaldam a elaboração da Proposta Pedagógica do Curso de Pedagogia da UNEB, Campus XII/Guanambi. Conforme o Projeto de Reconhecimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia dessa instituição, a missão do curso consiste em

[...] contribuir de modo significativo para a excelência na formação técnica, política e humana de pedagogos e pedagogas, com sólida orientação ética, rigorosa base epistemológica, postura reflexiva e capacidade de transposição didática [...] busca oportunizar ao pedagogo em formação, conhecer o modo globalizante do trabalho pedagógico, incorporando as relações existentes entre o processo de ensino-aprendizagem e dimensão social, econômica, política e antropológica do fenômeno educativo. (PROJETO DE RECONHECIMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EMPEDAGOGIA, 2010, p. 100-1001).

É importante destacar que os redimensionamentos do atual projeto curricular do curso de Pedagogia foram incluídos no currículo com aprovação no ano de 2008 e mantém em sua proposta os mesmos princípios contidos no projeto da UNEB / Campus XII, estudado por Pereira (2010). A atual organização curricular pauta-se nos princípios da interdisciplinaridade, flexibilização, diversificação, autonomia, e contextualização. Preza pela não linearidade do currículo, na busca de superar uma estrutura curricular fechada, de modo a atender as demandas de uma sociedade cada vez mais complexa, ávida de profissionais que possuam um conhecimento globalizante e que, possam atuar numa dimensão da aprendizagem como um fenômeno igualmente complexo e multifacetado frente aos desafios da realidade social contemporânea.

Dentre os princípios do currículo do curso de Pedagogia do Departamento de Educação (DEDC) - Campus XII da UNEB pontuados por Pereira (2010) destaca-se o trabalho pedagógico escolar como princípio educativo que norteia o desenvolvimento da proposta curricular; a prática da interdisciplinaridade como princípio para o desenvolvimento de um trabalho que articule os conteúdos das diversas áreas de estudo em torno de questões centrais e/ou que garanta a observância do princípio definido; a pesquisa como princípio cognitivo e instrumentalizador do trabalho docente; a indissociabilidade entre a teoria e a prática.

Quanto à intencionalidade geral, a proposta curricular do curso de Pedagogia da UNEB, DEDC / XII conserva o mesmo objetivo do projeto curricular estudado por Pereira (2010),

[...] o objetivo do curso é a formação de um profissional comprometido com um projeto de transformação social, que contribua com a melhoria da educação por meio de uma sólida formação de caráter generalista, teórica e científica que favoreça a reflexão contextualizada para atuação em seu campo de trabalho. (PEREIRA, 2010, p. 70)

Vale ressaltar que as orientações das políticas nacionais respaldam a elaboração da Proposta Pedagógica do Curso de Pedagogia da UNEB / Campus XII que tem a sua carga horária do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII, está assim distribuída: Estágio Supervisionado 405h; Pesquisa e Prática Pedagógica 420h; disciplinas da Formação Básica I.110h; disciplinas da Formação Diversificada 1.335, somando 3270 horas, além das 200 horas de Atividades Complementares, acadêmico-científico-culturais.

Pelo descrito, percebe-se que a estrutura curricular do curso de Pedagogia atende ao que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia. Esse documento legal indica a necessidade de articulação dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciaturas com disciplinas de prática como componente curricular, estágio supervisionado e de natureza técnica científica, reafirmando a articulação entre o ensino e a pesquisa, conforme Brasil (2006),

Art. 7º O curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas:

- I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;
- II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição;
- III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

Em sua matriz curricular, o curso de Pedagogia possui um Núcleo de Formação Básica, propondo eixos temáticos articuladores que orientam o trabalho interdisciplinar a cada dois períodos do curso, assim distribuídos: “Educação e Abordagens Sócio-Culturais” nos dois primeiros semestres; “Abordagens Político-Pedagógicas” nos terceiro e quarto períodos. Na Diversificação da Formação do Pedagogo mais dois eixos temáticos, “Formação de pedagogos (a): educação e abordagens pedagógicas contemporâneas” no quinto e sexto períodos e o eixo, “A pesquisa como elemento constitutivo de formação de pedagogos e pedagogas” nos dois últimos.

As disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica, o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso se responsabilizam pelo seminário interdisciplinar com 15h/a que representa no formato de atividade e produções acadêmicas, a materialização da articulação dos eixos temáticos. Ainda na parte diversificada, 90h/a são reservadas aos Tópicos Especiais de Educação na Contemporaneidade, no formato de componente curricular que abarca temáticas contemporâneas diversas, escolhidas juntamente com os licenciandos por meio de uma lista de temas já propostos ou acrescentando alguma temática que julgarem pertinente às atuais demandas do trabalho do pedagogo.

A organização por eixos do currículo do curso de Pedagogia está em consonância com as proposições das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, ao propor eixos de articulação para a organização curricular,

Art. 11. Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, na forma a seguir indicada:

- I - eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional;
- II - eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;
- III - eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade;
- IV - eixo articulador da formação comum com a formação específica;
- V - eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos

filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;  
VI - eixo articulador das dimensões teóricas e práticas. (BRASIL, 2002)

Pelos aspectos destacados na descrição, percebe-se que o currículo do curso de Pedagogia atende, formalmente, ao estabelecido pelas políticas curriculares nacionais. Contudo, é oportuno tecermos uma reflexão quanto à complexidade das proposições gerais das Diretrizes Nacionais para a Formação dos professores da Educação Básica e desafios de ordens diversas (política, administrativa, orçamentária, pedagógicas, etc) que se apresentam ao funcionamento dos cursos.

Reportando a Mainardes (2006) ao discutir os contextos do ciclo contínuo de políticas, podemos afirmar que é no contexto da prática que esses desafios se instalam de modo mais efetivo, cabendo ao envolvidos e responsáveis pela oferta das licenciaturas, um trabalho de compromisso ético para com o público desses cursos, estabelecendo diálogos, parcerias e ações efetivas na busca pela garantia de concretização do proposto no documento curricular.

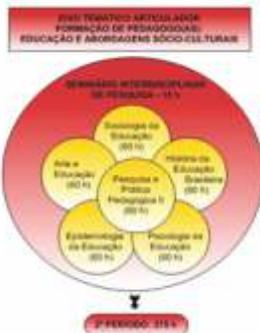
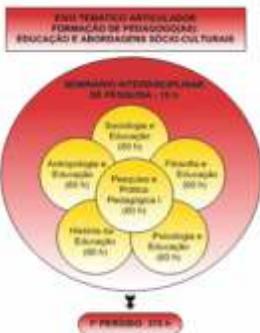
## **CONTEXTO DA PRÁTICA: DESDOBRAMENTOS PARA A FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO**

Os estudos do currículo na articulação com as políticas curriculares colocam em foco os processos de micropolíticos conforme já indicamos como também a necessidade de se compreender que o ciclo de políticas proposto por Stephen Ball citado por Mainardes (2006) indica que políticas curriculares possuem a capacidade de migrarem-se, adaptem-se de um contexto para outro, podendo lograr êxito em um cenário discursivo e fracassar em outro, pois são processos que envolvem relações de poder e saber não fixadas, mas que resignificam por meio de novos discursos e textos. Assim, Foucault (2004) nos questiona:

O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e saberes? (FOUCAULT, 2004, p. 44).

Essa concepção de instituição de ensino aloja os currículos, as políticas curriculares e materializam nas práticas pedagógicas de professores e alunos. Como professores formadores de professores argumentamos pela necessidade dos currículos dos cursos de formação docente debater acerca dos micropoderes constitutivos da docência para revelar as implicações epistemológicas do campo do currículo com as políticas educacionais. Exemplificamos essa relação com o proposto pelo currículo do curso em análise o fluxograma (Figura 1) e como confirmamos a sua realização no cotidiano da formação docente (Figura 2).

FIGURA 1



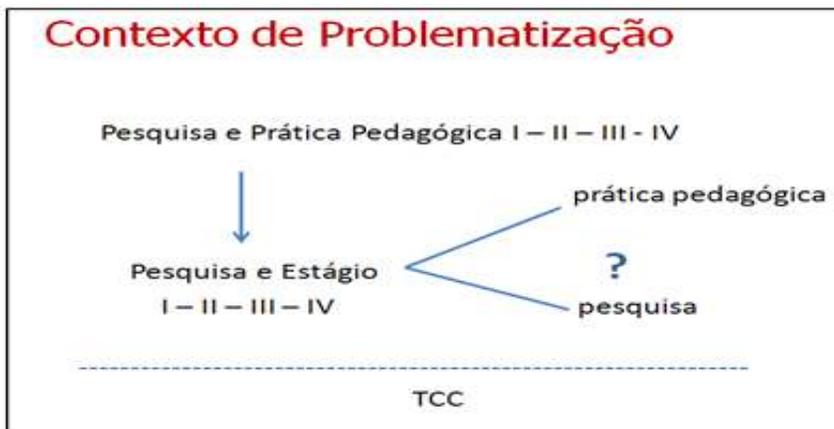
**SEMIOTÍPICO ARTICULADOR**  
 A PESQUISA COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO  
 DA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS E PEDAGOGAS



**SEMIOTÍPICO ARTICULADOR**  
 A PESQUISA COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO  
 DA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS E PEDAGOGAS



Figura 2



Ante essas ilustrações, destacamos, em estudo sobre a disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica no currículo dos cursos de pedagogia, Costa e Souza (2013), que o currículo proposto ressalta a pesquisa como componente articulador, mas que o realizado requer a criação de mecanismos de vinculação com a pesquisa e os demais componentes curriculares, como por exemplo, o estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso, pois,

Ao refletir sobre o desafio de formar para o ensino e a pesquisa, a universidade como instituição formadora necessita pensar a formação de professor não apenas no seu aspecto técnico-instrumental, mas também considerar a instrumentalização intelectual do graduando para lidar com a investigação. Em nosso entender, esse motivo justifica a discussão de formação de professores nessa proposta de estudo, que propõe considerar os licenciandos, educadores em potenciais situados no processo de formação inicial. (COSTA; SOUZA, 2013, p. 7).

Assim, percebemos que as determinações das políticas curriculares oficiais, bem como as proposições dos currículos específicos dos cursos de licenciatura, devem ser desdobradas pelas instituições de formação de professores, em específico nas práticas educativas e didático-pedagógicas de modo a favorecer a constituição de competências e habilidades necessárias à formação do pedagogo (a), instrumentalizando-os eficientemente para atuarem na complexa realidade das escolas de Educação Básica.

A formação em Pedagogia e das licenciaturas de modo geral, requer dos licenciandos, um repertório de conhecimentos, habilidades e disposições para assumirem a formação inicial como o ponto de partida para que, a partir dela, possam mobilizar saberes necessários para uma atualização constante. Ressaltamos que, uma formação baseada na estimulação do espírito investigativo é um potencial instrumento para viabilizar essa formação continuada.

Portanto, cabe afirmar que os currículos dos cursos de licenciatura devem ser ressignificados na materialização do currículo proposto, ou seja, os conteúdos das disciplinas devem assumir um caráter teórico-prático contextualizado, de modo a não distanciá-los das situações da prática, favorecendo uma formação mais consistente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão aqui tecida enfatizou a natureza das políticas curriculares e sua

exigência de vincular-se, às diretrizes gerais orientadoras de políticas educacionais e discutiu as políticas públicas curriculares, no âmbito do ensino superior, com o currículo vigente e proposto para o curso de Pedagogia da UNEB e apresentou os referenciais teóricos para a análise de políticas educacionais que subsidiaram as análises.

De modo geral, a proposta curricular do curso de Pedagogia da UNEB – DEDC XII possui caráter inovador por sua organização interdisciplinar que tem a pesquisa como eixo que perpassa todo o currículo e atende às exigências das políticas educacionais em vigor, porém, com sérias dificuldades no momento da concretização, dificuldades do ponto de vista financeiro e administrativo da instituição, das inovações quanto à concepção de ensino e conhecimento que orientam a prática dos docentes. Assim, torna-se urgente discutir as reais condições de materialização do currículo, desde as questões pedagógicas, quanto às questões técnicas e administrativas, considerando a urgência de melhor qualificar a formação ofertada, buscando superar o modelo de currículo linear, fragmentado, assumindo, dentre os vários princípios, o exercício da pesquisa, da prática pedagógica e a noção da interdisciplinaridade como elemento articulador do currículo.

Portanto, pontuamos que por meio da análise e discussão da organização curricular do curso de Pedagogia da UNEB - DEDC XII, algumas indagações emergem no tocante aos desdobramentos para a formação do pedagogo (a): As condições materiais da instituição possibilitam a efetivação do currículo proposto? As inovações propostas no currículo estão para além do mero cumprimento das determinações das políticas curriculares nacionais? Tais indagações assumem aqui o status de questões essenciais no processo de investigação desse currículo como forma de pensar uma organização curricular não apenas formal, mas do currículo no contexto da prática, problematizando seus efeitos.

## Notas

<sup>3</sup> A organização curricular descrita refere-se ao curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), instituição multicampi composta de 24 Campi e 29 Departamentos com oferta do curso de Pedagogia em 13 campi, destes apenas um campus não adotou a estrutura curricular descrita.

<sup>4</sup> Dissertação de mestrado: Vozes, escuta e silêncio dos alunos acerca da avaliação da aprendizagem no contexto de um curso de pedagogia no município de Guanambi-Bahia. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br>.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CNE/CP N° I/2002**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Publicada no Diário oficial da União, em 09 de abril de 2002. Seção 1, p. 31. Republicada por ter saído com incorreção do original no D.O.U de 4 de março de 2002. Seção 1, p. 8, Brasília, 2002.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP n° I de 15 de maio de 2006. Institui as **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em Pedagogia, licenciatura**. Publicada no D.O.U de 15 de maio de 2006.

COSTA, Alessandra da Silva Reis; SOUZA, Ester Maria de Figueiredo. **Pesquisa e prática pedagógica na formação do licenciando**: questões iniciais para a docência. In: Anais X Colóquio Nacional e III Colóquio Internacional do Museu Pedagógico. Produção do conhecimento no limiar do século XXI: tendências e conflitos. AGOSTO 2013. UESB. De 28 a 30 de agosto de 2013. P.1 - 12. ISSN 2175-5493. CD-ROM.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GOMES, Alfredo Macedo. Políticas públicas, discurso e educação. In: GOMES, Alfredo Macedo (Org.). **Políticas públicas e gestão da Educação**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2011. p.19-33. ISBN: 978-85-7591-212-6. Série Estudos em Políticas Públicas e Educação.

LOPES, Alice Casimiro Lopes. **Políticas curriculares**: continuidade ou mudanças de rumos? Revista Brasileira de Educação. n. 26, mai. /jun. /jul. /ago. 2004. Disponível em: Acesso em: 10 de junho de 2013.

MAINARDES, Jefferson. **Uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Revista Educação e Sociedade. Campinas. Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 3 de junho de 2013.

PACHECO, José. **Políticas curriculares**: referenciais para análises. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PEREIRA, José Aparecido Alves. **Catálogo e descrição bibliográfica**: Vozes, escuta e silêncio dos alunos acerca da avaliação da aprendizagem no contexto de um curso de pedagogia no município de Guanambi-Bahia. Belo Horizonte, MG: UFMG/FaE, 2010. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOUZA, Ester Maria de Figueiredo Souza. **Currículos e discursos de práticas pedagógicas**. In: NUNES, C. P.; SANTOS, J. J. R.; CRUSOË, N, M. C. Itinerários de Pesquisa. Passo Fundo: Ed da Universidade de Passo Fundo. 2008.

UNEB. Universidade do estado da Bahia. **Projeto de reconhecimento do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, docência e Gestão de Processos Educativos**. Guanambi: UNEB, 2010. (n/ publicado)

Recebido em: 15/05/2015

Aprovado para publicação em: 19/07/2016